



Veículo: O Liberal		
Data: 25/05/2018	Caderno: Atualidades	Página: 04
Assunto: Lançamento		
Tipo: Notícia	Ação: Espontânea	Classificação: Neutra

Livro discute avaliação do CNJ sobre tribunais locais

EFICIÊNCIA

Autoras questionam informações sobre melhora nos índices de atuação dos TJs

Discutir a análise da eficiência dos Tribunais de Justiça estaduais, feita pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com utilização da metodologia Análise de Envoltória de Dados, do inglês Data Envelopment Analysis (DEA), ferramenta matemática que mede a eficiência de unidades produtivas. Este é o cerne do livro "Direito e Justiça: O CNJ e a Avaliação da Eficiência pelo Método DEA", da economista e doutora em Ciências Sociais Ana Elizabeth Neirão Reymão, em coautoria com a advogada e economista Karla Azevedo Cebolão, que será lançado às 19h da próxima terça-feira, 29, no Auditório Ney Sardinha, da Escola de Direito

do Centro Universitário do Pará (Cesupa), Unidade Alcindo Cabela, em Belém.

"O cidadão comum não tem a mesma percepção, não reconhece a eficiência da Justiça conforme o CNJ divulga, sobre as melhorias dos índices de atuação dos TJs", disse ontem Ana Elizabeth Neirão Reymão, professora do Programa de Pós-Graduação em Direito do Cesupa e da Faculdade de Economia da Universidade Federal do Pará (UFPA).

As primeiras discussões sobre o tema, frisou, começaram nas aulas da disciplina Teoria de políticas públicas no programa de Direito, políticas públicas e desenvolvimento regional do Cesupa. Nas conversas sobre a importância das avaliações de eficiência surgiu o interesse das autoras pela Análise Envoltória de Dados (DEA) e pela política judiciária norteadas pelo CNJ.

"Em dezembro de 2017, a Karla defendeu sua dissertação

sobre o tema e os debates com a banca examinadora motivaram a continuidade dos estudos, culminando com o livro", comentou Ana, que foi orientadora de Karla Cebolão na pesquisa. Considerando a importância da análise da eficiência da Justiça brasileira, cuja aferição cabe ao CNJ, ela explicou que a obra faz uma crítica do modelo empregado pelo conselho e propõe aperfeiçoamentos.

"O cidadão comum precisa entender a metodologia do DEA, o contexto. Não se trata de estar certo ou errado, até porque não há índices de medição de metodologias. Ocorre que o CNJ divulga que há melhorias na eficiência dos tribunais estaduais brasileiros, mas isso não se reflete, na prática", analisou. A autora lembrou que há processos cuja conclusão demora 20 anos e que é preciso entender o conceito de eficiência, a relação entre os resultados obtidos com os recursos emprega-

Lançamento está agendado para a próxima terça-feira, 29, no Cesupa

dos. "Neste caso, refletir se, no âmbito da Justiça, eficiência pode ser traduzida em mais rapidez, como se diz, baixar o processo da mesa do juiz", acrescentou.

Na contracapa do livro, as autoras comentam que a Justiça no Brasil é cara. "Gigante em estrutura e pessoal, mas ainda assim morosa, salvo algumas exceções, além de prestar, em alguns casos, a jurisdição de forma pouco compatível com os ditames do texto constitucional, especialmente o que consta nos dispositivos que tratam dos direitos fundamentais", diz o texto, salientando que este é o ambiente definido no livro.